



★ **continuação** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

**c) Valor justo dos instrumentos financeiros**  
Existem técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.  
As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa 4f.

**d) Provisões para passivos contingentes - Fiscais, cíveis e trabalhistas**  
Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, a Sociedade constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista através de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.  
A avaliação de prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.  
O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 20.

**e) Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e de outros ativos**  
O teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.  
Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.  
A aplicação geral dos critérios de reconhecimento da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros está descrita na nota explicativa 3k.

**f) Efeitos decorrentes da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis**  
Os principais efeitos e impactos decorrentes da COVID-19 sobre as Demonstrações Contábeis deste período estão descritos a seguir:

- **Provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários**  
Não foram observados impactos relevantes no valor recuperável dos títulos e valores mobiliários em decorrência da pandemia.
- **Projeção de resultados futuros para realização de créditos tributários**  
Os estudos de expectativa de realização dos créditos tributários consideram atualização das estimativas de resultado futuro da Sociedade com os reflexos da COVID-19. Concluímos que o consumo dos créditos tributários continuam previstos para realização dentro do prazo de 10 anos, conforme estabelecido pelas normas em vigor (Resolução CMN nº 3.059/2002).
- **Redução ao valor recuperável de investimentos, ativos intangíveis e outros ativos**  
Não foram observados impactos relevantes em decorrência da pandemia.
- **Provisões e passivos contingentes - Fiscais, cíveis e trabalhistas**  
Não foram verificados impactos relevantes nas contingências por conta da pandemia.

**5. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES**  
Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, a instituição considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da Sociedade.  
Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

	2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
<b>Lucro/(prejuízo) líquido</b>	<b>(15.999)</b>	<b>(5.806)</b>	<b>651</b>	<b>(7.653)</b>
<b>(-) Eventos não recorrentes</b>	<b>-</b>	<b>(7.871)</b>	<b>5.094</b>	<b>(7.871)</b>
Provisões prudenciais para perdas	-	(7.871)	5.094	(7.871)
<b>Lucro/(prejuízo) líquido recorrente</b>	<b>(15.999)</b>	<b>2.065</b>	<b>(4.443)</b>	<b>218</b>

**Sumário dos eventos não recorrentes:**  
**Provisões prudenciais para perdas** - Inclui provisões prudenciais para contingências passivas e de provisões para ajuste de valor recuperável de ativos não financeiros.

**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31.12.2020	31.12.2019
<b>Disponibilidades</b>	<b>1.631</b>	<b>443</b>
Disponibilidades em moeda nacional	1.631	443
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez <sup>(1)</sup></b>	<b>37.202</b>	<b>51.300</b>
Total	<b>38.833</b>	<b>51.743</b>

**7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**  
**Composição**

	31.12.2020	31.12.2019
Aplicações em depósitos interfinanceiros	108.242	136.200
<b>Total</b>	<b>108.242</b>	<b>136.200</b>

**b) Rendas de aplicação interfinanceiras de liquidez**

	2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.494	5.081	4.518	14.159
Rendas de aplicações no mercado aberto	-	-	-	1
<b>Total</b>	<b>1.494</b>	<b>5.081</b>	<b>4.518</b>	<b>14.155</b>

**8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
**Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento**

	31.12.2020		31.12.2019				
	Valor justo <sup>(1)</sup>	Total	Valor justo	Total			
<b>Vencimento em dias</b>	<b>Até 90 dias</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Após 5 anos</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Marcação a mercado</b>	<b>Marcação a mercado</b>
<b>1 - Títulos para negociação</b>	5.465	537	-	6.002	6.002	-	1.131
<b>Títulos privados</b>	5.465	537	-	6.002	6.002	-	1.131
Letras Financeiras do Tesouro	5.465	537	-	6.002	6.002	-	1.131
<b>2 - Títulos disponíveis para venda</b>	1.194	-	14.654	15.848	15.848	-	15.086
<b>Títulos públicos</b>	1.194	-	1.194	1.194	1.194	-	1.152
Letras Financeiras do Tesouro	1.194	-	1.194	1.194	1.194	-	1.152
<b>Títulos privados</b>	-	-	14.654	14.654	14.654	-	13.934
Cotas de fundos de investimentos	-	-	14.654	14.654	14.654	-	13.934
<b>Total (1 + 2)</b>	<b>6.659</b>	<b>537</b>	<b>14.654</b>	<b>21.850</b>	<b>21.850</b>	<b>-</b>	<b>16.217</b>

<sup>(1)</sup> No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não há operações com prazo acima de 90 dias e inferiores a 1 ano.

**b) Resumo da carteira por categoria**

Por categoria	31.12.2020	31.12.2019
1 - Título para negociação	6.002	27%
2 - Títulos disponíveis para venda	15.848	73%
<b>Valor justo da carteira</b>	<b>21.850</b>	<b>100%</b>

**c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários**

	2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7b)	1.494	5.081	4.518	14.155
Títulos de renda fixa	701	223	1.283	386
Títulos de renda variável <sup>(1)</sup>	-	(627)	(101)	(627)
Aplicações em fundos de investimentos	94	360	340	804
<b>Total</b>	<b>2.289</b>	<b>5.037</b>	<b>6.040</b>	<b>14.718</b>

<sup>(1)</sup> Inclui o resultado apurado na venda de investimentos por incentivos fiscais

**d) Reclassificações de títulos e valores mobiliários**  
Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e a Sociedade não possui títulos mantidos até o vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001.

**9. OUTROS ATIVOS**  
**Composição**

	31.12.2020	31.12.2019
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>24.696</b>	<b>64.352</b>
Rendas a receber	14.276	13.917
Outros créditos para negociação e intermediação de valores	10.420	50.435
<b>Outros ativos</b>	<b>11.595</b>	<b>11.381</b>
Outros valores e bens (Nota 9b)	334	462
Adiantamentos a fornecedores	12	225
Valores a receber de sociedades ligadas	171	-
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 20g)	10.906	10.643
Outros	172	51
<b>Total <sup>(1)</sup></b>	<b>36.291</b>	<b>75.733</b>
Ativo circulante	25.384	65.090
Ativo não circulante	10.907	10.643

<sup>(1)</sup> Valores apresentados líquidos de provisão para perdas, as quais são reconhecidas no resultado em "Resultado de provisão para perdas".

**b) Outros valores e bens**

	31.12.2020	31.12.2019
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>60</b>	<b>79</b>
Despesas de serviços técnicos especializados	254	383
Despesas de seguros	20	-
Outras	334	462
<b>Total</b>	<b>334</b>	<b>462</b>
Ativo circulante	334	462

**10. INVESTIMENTOS**

	31.12.2020	31.12.2019
Investimentos por incentivos fiscais	3.832	3.980
Outros	1.753	1.753
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	(5.585)	(5.733)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**11. IMOBILIZADO DE USO**

	31.12.2019	Exercício/2020	31.12.2020
<b>Saldo contábil</b>	<b>712</b>	<b>-</b>	<b>2.092</b>
Instalações	712	-	2.092
Móveis e equipamentos de uso	172	(67)	1.869
Sistema de comunicação	13	(7)	1.369
Sistema de processamento de dados	9	(6)	3.319
Sistema de segurança	25	(13)	95
<b>Total</b>	<b>931</b>	<b>(451)</b>	<b>8.744</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>(219)</b>	<b>(826)</b>	<b>(8.264)</b>
<b>Saldo contábil</b>	<b>712</b>	<b>-</b>	<b>2.092</b>

**12. INTANGÍVEL**  
**Composição**

	31.12.2020	31.12.2019
<b>Valor de custo</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
Amortização acumulada	(4)	(4)
<b>Saldo contábil</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Softwares adquiridos	6.186	(6.160)
Licenças de uso	17.722	(3.521)
Softwares desenvolvidos internamente	23.912	(9.685)
<b>Total</b>	<b>23.912</b>	<b>(9.685)</b>

**b) Movimentação**

	31.12.2019	Exercício/2020	31.12.2020
<b>Saldo contábil</b>	<b>261</b>	<b>941</b>	<b>26</b>
Licenças de uso	842	-	15.784
Softwares desenvolvidos internamente	1.103	941	15.784
<b>Total</b>	<b>1.945</b>	<b>941</b>	<b>(15.758)</b>

<sup>(1)</sup> Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve baixa de ativos intangíveis.

<sup>(2)</sup> Refere-se à transferência de softwares entre empresas do Conglomerado.

<sup>(3)</sup> No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, inclui efeitos de redefinições táticas de projetos.

**c) Estimativa de amortização em 31 de dezembro de 2020**

	2021	2022	2023	2024	2025	A partir de 2026	Total
Valores a amortizar	971	949	948	947	257	327	4.399

**13. OUTROS PASSIVOS**  
**Composição**

	31.12.2020	31.12.2019
<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>12.682</b>	<b>55.743</b>
Negociação e intermediação de valores	12.682	55.743
<b>Outros passivos</b>	<b>58.805</b>	<b>86.167</b>
Provisão para despesas administrativas	1.535	1.793
Provisão para despesas de pessoal	29.481	52.746
Provisão para participação nos lucros e resultados	17.592	20.765
Obrigações legais (Nota 20h)	775	576
Valores a pagar sociedades ligadas	6.860	6.819
Cretores diversos - No país	2.043	3.468
Dividendos a pagar	154	-
Outros	365	-
<b>Total</b>	<b>71.487</b>	<b>141.910</b>
Passivo circulante	62.487	123.686
Passivo não circulante	9.000	18.224

**14. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS**  
**Receitas de prestação de serviços**

	2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
Administração de fundos	62.493	74.509	131.192	142.116
Comissões sobre colocação de títulos	100	2.675	493	9.384
Rendas de serviços de custódia	8.819	9.267	18.135	17.992
Corretagens de operações em bolsas	2.007	1.358	5.010	2.578
Outros serviços	736	462	1.384	1.110
<b>Total</b>	<b>74.155</b>	<b>88.271</b>	<b>156.214</b>	<b>173.180</b>

**b) Rendas de tarifas bancárias**

	2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
Rendas de corretagem	584	1.076	1.623	1.831
<b>Total</b>	<b>584</b>	<b>1.076</b>	<b>1.623</b>	<b>1.831</b>

**c) Despesas de pessoal**

	2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
Honorários, pró-labore e outros (Nota 18)	(1.122)	(992)	(2.142)	(2.280)
Proventos	(29.963)	(34.278)	(39.911)	(60.863)
Encargos sociais	(5.657)	(5.256)	(11.567)	(11.856)
Benefícios	(3.841)	(4.532)	(7.667)	(8.493)
Demandas trabalhistas	(7.921)	(7.260)	(14.131)	(10.743)
Treinamentos	(842)	(945)	(1.276)	(1.171)
Previdência privada complementar	(601)	(621)	(1.157)	(978)
<b>Total</b>	<b>(49.947)</b>	<b>(53.884)</b>	<b>(77.851)</b>	<b>(96.384)</b>

**d) Outras despesas administrativas**

	2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
Água, energia e gás	(58)	(131)	(158)	(339)
Aluguéis	(1.556)	(1.948)	(3.142)	(3.976)
Comunicações	(316)	(316)	(541)	(600)
Manutenção e conservação de bens	(351)	(476)	(642)	(1.010)
Material	(123)	(110)	(322)	(242)
Processamento de dados	(8.415)	(12.536)	(14.288)	(23.029)
Promoções e relações públicas	(104)	(458)	(256)	(582)
Publicações, propaganda e publicidade	(142)	(171)	(260)	(314)
Serviços do sistema financeiro	(42)	(312)	(462)	(543)
Serviços de terceiros	(106)	(72)	(212)	(266)
Serviços de vigilância e segurança	(46)	(63)	(98)	(144)
Serviços técnicos especializados	(5.234)	(4.275)	(8.421)	(7.400)
Transportes	(16)	(259)	(80)	(494)
Viagens	(6)	(705)	(243)	(1.349)
Seguros	(306)	(213)	(483)	(368)
Emolumentos judiciais e cartorários	(131)	(264)	(181)	(374)
Depreciação	(223)	(236)	(451)	(443)
Amortização	(1.733)	(1.001)	(3.601)	(1.232)
Outras <sup>(1)</sup>	(4.817)	(4.172)	(8.891)	(8.004)
<b>Total</b>	<b>(23.725)</b>	<b>(27.718)</b>	<b>(42.732)</b>	<b>(50.703)</b>

<sup>(1)</sup> Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

**e) Outras receitas operacionais**

	2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
Variação monetária ativa	4	7	30	7
Atualização de depósitos em garantia	209	164	398	379
Reversão de provisões administrativas	84	725	84	939
Recuperação de encargos e despesas	-	-	2.293	-
<b>Total <sup>(1)</sup></b>	<b>297</b>	<b>896</b>	<b>2.805</b>	<b>1.325</b>

<sup>(1)</sup> Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

**f) Outras despesas operacionais**

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2º Semestre/2019		(15.066)		(15.066)	
<b>Passivos</b>						
Outros passivos	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado</b>						
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	5.081	-	5.081	-
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(3.025)	-	(3.025)	-
<b>Resultado</b>						
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	14.155	-	14.155	-
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(6.295)	-	(6.295)	-

**19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**  
Os principais benefícios oferecidos aos empregados do Conglomerado, do qual a Sociedade é integrante, previstos em acordo coletivo da categoria são seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, valores refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.  
Os Programas de remuneração de curto prazo e longo prazo: Incentivo variável condicionado, Incentivo de longo prazo e Programa de compra de ações virtuais, aprovados pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012, foram encerrados no exercício de competência de 2016 com efeitos até 2021. No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado implementou um novo Programa de remuneração variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados da Sociedade. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017.  
O Conglomerado também possui um plano de incentivo de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma vida de longo prazo:  
**Plano ILP:** o plano tem duração de 4 anos e consiste na concessão de um incentivo em espécie atrelado ao desempenho da organização no horizonte de tempo. Despesas cuja expectativa de realização decorre exclusivamente da prestação de serviços ao Conglomerado pelos beneficiários dos programas de remuneração variável no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidos no resultado em "Despesas de pessoal - Proventos" da Sociedade R\$ 5.729 (R\$ 20.239 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão. Na Sociedade, ocorreram os seguintes pagamentos aos colaboradores referentes aos programas de remuneração de longo prazo:

Ano do programa	2º Semestre/2020	2º Semestre/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
2014	-	-	-	10.036
2015	-	-	3.182	7.416
2016	-	-	1.142	4.926
2017	-	-	454	925
2018	-	-	486	-
<b>Total</b>	-	-	<b>5.264</b>	<b>23.303</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade registrou na rubrica de "Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal" o montante de R\$ 17.611 (R\$ 38.495 em 31 de dezembro de 2019).  
O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao comitê de remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

**Movimentação de ações virtuais**

	2º Semestre/2020	2º Semestre/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
<b>Quantidade inicial</b>	<b>1.653.912</b>	<b>2.724.459</b>	<b>3.314.494</b>	<b>7.690.853</b>
Novas/atualizações	-	602.638	1.064.613	1.660.803
Pagas	(216.202)	-	(2.941.397)	(5.574.321)
CANCELADAS	(93.118)	(12.603)	(93.118)	(462.841)
<b>Quantidade final</b>	<b>1.344.592</b>	<b>3.314.494</b>	<b>1.344.592</b>	<b>3.314.494</b>

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o Conglomerado ainda oferece outros benefícios, dentre os quais destacamos o plano de previdência privada.  
Em março de 2019, entrou em vigor o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), onde o Conglomerado, na qualidade de patrocinador contribui para formação do montante a ser revertido em direito complementar de aposentadoria pós-emprego. Este novo plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2018. O programa de previdência privada tem como objetivo (i) reforçar o vínculo de longo prazo; (ii) conscientização do planejamento financeiro; e (iii) complementar a renda na aposentadoria.

**PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

**a) Ativos contingentes**  
Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

**b) Ações trabalhistas**  
A Sociedade é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

**c) Ações fiscais**  
A Sociedade está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, e contribuições previdenciárias patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

**d) Ações de natureza cível**  
Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: prestação de contas e cunho indenizatório pela rentabilidade dos fundos e gestão dos ativos.

**e) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas - Prováveis**  
A Sociedade constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Sociedade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes. A Administração da Sociedade considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

**Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis**

	31.12.2020	31.12.2019
Demandas fiscais	79	125
Demandas cíveis	1.364	402
Demandas trabalhistas	20.460	23.475
<b>Total</b>	<b>21.903</b>	<b>24.002</b>

**e.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis**

	Demandas fiscais				Demandas cíveis			
	2º Semestre/2020	2º Semestre/2019	Exercício/2020	Exercício/2019	2º Semestre/2020	2º Semestre/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
<b>Saldo inicial</b>	<b>78</b>	<b>1.034</b>	<b>125</b>	<b>1.022</b>	<b>1.050</b>	<b>145</b>	<b>402</b>	<b>155</b>
Constituições	-	7	-	7	228	-	228	-
Reversão da provisão	-	(923)	(47)	(923)	(110)	-	(110)	(13)
Atualizações (1)	1	7	1	19	196	257	844	260
<b>Saldo final</b>	<b>79</b>	<b>125</b>	<b>79</b>	<b>125</b>	<b>1.364</b>	<b>402</b>	<b>1.364</b>	<b>402</b>

	Demandas trabalhistas			
	2º Semestre/2020	2º Semestre/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
<b>Saldo inicial</b>	<b>21.952</b>	<b>25.496</b>	<b>23.475</b>	<b>20.923</b>
Constituições	5.720	7.095	13.265	19.502
Reversão da provisão	(4.736)	(3.298)	(8.532)	(5.187)
Baixa por pagamento	(4.122)	(6.682)	(10.052)	(13.589)
Atualizações	1.646	864	2.304	1.826
<b>Saldo final</b>	<b>20.460</b>	<b>23.475</b>	<b>20.460</b>	<b>23.475</b>

(1) Em demandas cíveis, contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

**e.2) Cronograma esperado de desembolsos**

	31.12.2020		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	79	1.364	20.460
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>1.364</b>	<b>20.460</b>

**e.3) (Provisão)/reversão de provisão para passivos contingentes**

	2º Semestre/2020	2º Semestre/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
Demandas cíveis	(314)	(257)	(962)	(247)
Demandas trabalhistas	1.492	2.021	3.015	(2.552)
Demandas fiscais	1	909	46	897
<b>Total</b>	<b>1.179</b>	<b>2.673</b>	<b>2.099</b>	<b>(1.902)</b>

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Sociedade. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior; provável e superior à remota.

**Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis**

	31.12.2020	31.12.2019
Demandas fiscais (1)	55.534	55.609
Demandas cíveis	400	379
Demandas trabalhistas (2)	34.602	22.812
<b>Total</b>	<b>90.536</b>	<b>78.800</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2020, os principais processos contingentes avaliados como risco de perda possível estão relacionados a: (a) Contribuição Previdenciária incidente sobre o pagamento de PLR a empregados no valor de R\$ 21.025 (R\$ 20.204 em 31 de dezembro de 2019); (b) IRPJ/CSLL sobre JCP no valor de R\$ 6.235 (R\$ 6.153 em 31 de dezembro de 2019) e PIS/COFINS sobre desmutualização no valor de R\$ 24.191 (R\$ 23.950 em 31 de dezembro de 2019).

(2) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

**g) Depósitos em garantia de recursos**

**Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	31.12.2020	31.12.2019
Demandas fiscais	9.255	9.099
Demandas cíveis	32	32
Demandas trabalhistas	1.619	1.512
<b>Total</b>	<b>10.906</b>	<b>10.643</b>

**h) Obrigações Legais**  
A Sociedade obtive liminar para assegurar que recolha o PIS e a COFINS sem a inclusão do ISS até o julgamento do processo, suspendendo-se a exigibilidade da referida parcela. O montante de R\$ 775 (R\$ 576 em 31 de dezembro de 2019) foi constituído na rubrica Outros passivos - Obrigação legal.

**21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**

**a) Processo de gestão de riscos**

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado, do qual a Sociedade é integrante. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A Instituição dispõe de uma matriz de riscos considerados como materiais, cuja aprovação é realizada periodicamente pelo Conselho de Administração. Para cada risco listado é realizada uma avaliação do tratamento mais adequado (gestão, hedge/seguros ou capitalização) com o objetivo de direcionar a melhor forma de monitoramento e controle de cada exposição. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de crédito;
- Risco de crédito da contraparte;
- Risco de concentração de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (RBBAN);
- Risco de liquidez;
- Risco operacional;
- Risco de reputação;
- Risco de estratégia;
- Risco de socioambiental;
- Risco de modelos;
- Risco de conformidade;
- Risco de *underwriting*;
- Risco de *collateral*;
- Risco de segurança cibernética; e
- Risco de contágio.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado.

O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos. A estrutura de governança para gestão de riscos e capital abrange a totalidade do Conglomerado Prudencial e é composta, além das respectivas equipes e diretores responsáveis por riscos e por ALM (*Asset Liability Management*), também por fóruns colecionados, internos e corporativos, formalmente organizados e com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que orientam sobre as regras, responsabilidades e limites de acordo com as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas.
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração, em conformidade com a Resolução nº4.557 do Bacen, na elaboração da estratégia de alocação de capital do Conglomerado, na observação da aplicação da declaração de apetite por riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o Conglomerado está exposto.
- O apetite de riscos consiste na declaração do risco que a Instituição está disposta a aceitar para atingir os seus objetivos, e é monitorado por meio de indicadores e seus respectivos limites. A declaração do apetite de riscos aprovada pelo Conselho de Administração reflete a expectativa da Alta Administração e norteia o planejamento estratégico e o orçamento, permeando a Instituição. A partir desta declaração, o seu monitoramento ocorre por meio de um *dashboard* constituído por indicadores e limites que são acompanhados mensalmente nas alçadas competentes, além de ações, monitoramentos complementares e projetos específicos.

O Conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, conforme Resolução CMN nº 4.557, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e de capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que a Instituição realiza o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP), em linha com a Resolução CMN nº 4.557, Circular Bacen nº 3.911 e Carta Circular Bacen nº 3.907, e o respectivo relatório é disponibilizado ao Bacen anualmente, abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que a Instituição está exposta, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento "Relatório de gestão de riscos e capital elaborado com base no atendimento da Resolução BCB 54/2020, disponível no site de Relações com Investidores em [www.bancobv.com.br/ri](http://www.bancobv.com.br/ri). Abaixo estão descritas as definições dos principais riscos do Conglomerado.

**Risco de crédito**  
Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

**Risco de liquidez**  
Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

**Risco operacional**  
Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o Risco legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

**Risco de mercado**  
Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

**Risco socioambiental**  
O risco socioambiental é definido como a possibilidade de perda (financeira ou de reputação) em função de danos socioambientais. A gestão de risco socioambiental deve observar a legislação ambiental aplicável, bem como avalia e monitora os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido, a fim de identificar, mensurar e mitigar os riscos de crédito, legal e de reputação decorrentes de eventos socioambientais inerentes às atividades de seus clientes. O gerenciamento de risco socioambiental no Conglomerado visa subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias e homologação de fornecedores.

Os procedimentos de gerenciamento de risco socioambiental durante a concessão de crédito são realizados através de metodologias de análise que determinam o Rating Socioambiental, inserido no processo de atribuição do Rating de Crédito.

O Conglomerado é signatário dos Princípios do Equador, iniciativa global que estabelece diretrizes para a identificação, avaliação, e gestão de riscos ambientais e sociais em *project finance* (em operações acima de US\$ 10 milhões) e financiamentos corporativos destinados a projetos. Estas diretrizes ainda estipulam um padrão mínimo para a realização da devida diligência durante a implantação destes empreendimentos e auxiliam a tomada de decisão de crédito.

**g) Processo de gestão de capital**

A gestão do capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Em linha com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), e Circular nº 3.846 do Bacen, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do Capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de suficiência de capital na visão regulatória e econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

**Suficiência de capital (visão regulatória)**

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

O Conglomerado é signatário dos Princípios do Equador, iniciativa global que estabelece diretrizes para a identificação, avaliação, e gestão de riscos ambientais e sociais em *project finance* (em operações acima de US\$ 10 milhões) e financiamentos corporativos destinados a projetos. Estas diretrizes ainda estipulam um padrão mínimo para a realização da devida diligência durante a implantação destes empreendimentos e auxiliam a tomada de decisão de crédito.

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR/RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal/RWA);
- Índice de Nível (Nível IR/WA).

A partir de 1º de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748, que dispõe sobre a metodologia para a apuração da Razão de Alavancagem (RA). Esta circular está alinhada com as recomendações contidas nos documentos de Basileia III, divulgados com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira.

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido na circular, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência desde janeiro de 2018:

- (i) ágio pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos e eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. A partir de 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado passou a considerar os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.680/2018, alterada posteriormente pela Resolução CMN nº 4.784/2020, que autorizou às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal (na proporção de no mínimo 50% até 30.06.2021 e 100% até 31.12.2021) os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para sua participação em investimentos no exterior.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013 e alterações posteriores.

Em 31 de dezembro de 2020, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 14,64% (15,10% em 31 de dezembro de 2019). Em atendimento a Resolução BCB 54/2020, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: [www.bancobv.com.br](http://www.bancobv.com.br).

**22. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**Cobertura de seguros**

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.